

OURO VERDE

Madeireira 'seduz' índios em sede da Funai

Empresa dá presentes a índios e ganha preferência para extrair mogno; funcionários do órgão negam 'acordo'

João Ramal



Funcionário empilha, no porto de Belém, tábuas de mogno que serão exportadas

LEÃO SERVA

Enviado especial a Altamira

Em abril, a Folha acompanhou em Altamira (PA) o processo de "sedução" de um grupo indígena por uma madeireira. O grupo, xicrim, da reserva do Bacajá. A madeireira, Kopajá, da família Tozetti. A área do Bacajá contém uma rica concentração de mogno, à margem da estrada particular "Morada do Sol".

No ano passado, em setembro, o chefe do posto da Funai na área, Nerci Caetano Ventura, enviou relatório às sedes da Funai em Altamira e Brasília narrando proposta da madeireira Perachi para extrair madeira durante cinco anos nessa e em três outras reservas da região.

Em março foi a vez da madeireira do grupo Tozetti assediarem os índios da aldeia Bacajá. Um avião da empresa desceu na aldeia. Negociou um contrato de exploração de madeira. O chefe indígena, Onça, não quis fechar negócio sem autorização da Administração Regional de Altamira.

Ele foi então levado à sede regional, onde ocorreu uma negociação, aparentemente abortada

pelo que pareceria ser a posição contrária do chefe do posto e do administrador da Funai. A negativa, no entanto, deixou uma janela para a sedução: os índios saíram dali com um "acordo", supostamente proposto por Onça, através do qual a madeireira concederá aos índios uma verba mensal de Cr\$ 3 milhões em bens, em troca da garantia de preferência para a exploração da área, caso a Funai de Brasília venha a autorizar.

Os funcionários da Funai recusam a palavra "acordo" para descrever essa combinação. Ouvidos pela Folha, o chefe de posto Caetano Ventura e os coordenadores (respondendo pela diretoria do órgão, então sem diretor nomeado) Mário Lopes Vidal e Carlos Vianey Torres da Silva negam qualquer envolvimento do órgão no apadrinhamento de acordos.

Afirmam também que a verba será entregue aos índios como uma espécie de ressarcimento pela retirada ilegal de um líder indígena de sua área, sem autorização da Funai. Não necessariamente como uma promessa de contrato futuro.

Ao mesmo tempo, o acordo prevê que os bens sejam entregues mensalmente no escritório da

Funai. Segundo o chefe de posto, essa providência busca impedir que funcionários da madeireira frequentem a reserva.

No dia 8 de abril o primeiro carregamento foi entregue à Funai de Altamira. Nenhum documento interno do órgão registra a doação dos bens. O único papel é o pequeno canhoto da nota fiscal da compra dos bens, devolvido como recibo à loja Atacadista Altamira.

Na visão do empresário Carlos Tozetti, o que houve foi diferente. Foi um acordo mesmo, prevendo que sua empresa tenha preferência na apresentação de uma proposta de exploração "racional" do mogno do Bacajá.

A Folha o entrevistou, em seu hotel, no dia seguinte ao da reunião. Antes de atender o repórter, ele terminava um telefonema no qual descrevia ao interlocutor: o acordo vai sair, agora estamos naquela fase de namoro, de sedução, que você conhece. Referia-se ao fato de que naquele momento o chefe Onça e outro índio xicrim eram levados em carro de sua companhia às lojas da cidade para escolher os presentes reivindicados no acordo. Veja o que diz o empresário abaixo.

Empresário propõe 'exploração racional'

Do enviado especial a Altamira

O empresário Carlos Tozetti, dono da madeireira Kopajá (de Tucumã), disse à Folha que na reunião com os índios na sede da Funai apresentou proposta escrita de "exploração racional" do mogno da área Bacajá.

Segundo sua proposta, os índios receberão US\$ 15,00 (Cr\$ 39.150,00) por metro cúbico de mogno retirado. O dinheiro será depositado integralmente em conta administrada pela Funai, sendo dirigidos 50% para melhorias na

reserva do grupo e 50% para gastos com subsistência.

Sua proposta teria sido recebida pela Funai de Altamira e seria encaminhada a Brasília enquanto ele providenciava um relatório de impacto ambiental.

Tozetti diz ser grande amigo do líder xicrim Onça. Daí nasceu o contato que levou à sua ida até Altamira em avião da companhia. "Os índios querem conforto e qualidade de vida. E ninguém dá nada para índio. Os ecologistas dizem que dão dinheiro mas isso nunca acontece", afirma.

Numa concessão ao discurso preservacionista, Tozetti diz que fará um relatório de impacto ambiental com "antropólogo, biólogo e todos os outrosólogos". Sua proposta de recuperação da flora para a região explorada é a de plantar cinco árvores novas para cada uma cortada.

Ele acredita que é possível plantar mogno em áreas de exploração. Usa como argumento o fato de que em sua fazenda, na região de Altamira, segundo diz, plantou 11 mil árvores da espécie, que pretende cortar para exploração comercial aos 15 anos.

Ambientalistas fazem em Londres protesto contra extração de mogno

ANTONIO CARLOS SEIDL
De Londres

A organização ambientalista, Friends of the Earth, e outra de proteção aos direitos dos povos tribais, Survival International, realizaram ontem uma manifestação na frente da sede da Timber Trade Federation, associação comercial da madeira de construção da Grã-Bretanha, em Londres, para denunciar o papel da indústria na destruição da floresta da Amazônia.

A manifestação marcou a publicação de um relatório da Friends of the Earth sobre o processo de destruição cultural das tribos indígenas da Amazônia causado pela extração ilegal de mogno na floresta.

A Survival International entregou uma carta à Embaixada do Brasil, pedindo ao governo brasileiro a demarcação de uma parte da reserva dos índios Arara, conhecida como Cachoeira Seca. A

carta pede a demarcação "imediatamente, em conformidade com a Constituição brasileira".

As organizações Friends of the Earth e Survival International entregaram à associação britânica de madeira de construção uma carta do ex-secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, na qual ele diz: "Minhas tentativas para impedir as atividades ilegais de extração de mogno na Amazônia são em parte responsáveis pela minha demissão".

Lutzenberger diz que, "embora a extração de mogno seja ilegal dentro das reservas indígenas, os comerciantes de madeira em muitas partes da Amazônia têm mais poder do que as agências governamentais".

Lutzenberger acusa os comerciantes de terem conseguido "corromper muitas das pessoas encarregadas da proteção dos índios e da floresta". Em mensagem aos consumidores britânicos, que usam 52% do mogno produzido pelo Brasil, Lutzenberger disse:

"Ao comprarem mogno brasileiro, a maioria obtida ilegalmente, você na Grã-Bretanha está ameaçando muitos dos índios da Amazônia de extinção".

"Como podemos fazer pouco para parar a oferta", prossegue a carta, "cabe as pessoas na Grã-Bretanha e de outros países do Primeiro Mundo pôr um fim na demanda."

Stephen Cory, diretor-geral da Survival International, disse que "a tribo Arara do Brasil foi reduzida a 130 pessoas por causa da extração ilegal de mogno em sua terra".

A BBC transmitiu um documentário especial, "Your Furniture - Their Lives" (Sua Móvel, A Vida Deles), denunciando o papel da Grã-Bretanha na violação dos territórios de índios na Amazônia, onde é ilegal a extração de mogno. O documentário diz que, de acordo com dados oficiais, a Grã-Bretanha importou em 1991 cerca de 48 mil metros cúbicos de mogno da Amazônia.